

Saúde no Brasil: medíocres ambições

LUIZ GARCIA

O anunciado veto ao dispositivo do Orçamento que determina o repasse direto de verbas do Ministério da Fazenda à Rede Sarah de Hospitais nasce de um equívoco, é alimentado por uma conspiração e ameaça causar um desastre facilmente evitável.

O equívoco está na idéia de que o repasse direto cria privilégio para um modelo de assistência médica, em prejuízo dos demais. Na verdade, a Rede Sarah tem relacionamento próprio e especial com a União, determinado por lei sancionada em 1991. É um contrato de gestão entre o Governo e uma fundação. Nada existe no Ministério da Saúde que seja parecido, ou concorrente. De mais a mais, o que está em questão não é o volume de recursos destinados ao Sarah, e sim quem os deve repassar. Não é uma discussão sobre dinheiro, mas sobre poder: mais exatamente, sobre controle versus autonomia. O que basta para dar boa idéia do que estimula a conspiração contra a autonomia do Sarah.

Ela é formada pelos adversários de um sistema gratuito em que os médicos são bem pagos, mas dão tempo integral e perdem o emprego se não mostram eficiência e dedicação. Essa oposição junta a burocracia do Ministério da Saúde e os hospitais que defendem o Sistema Único de Saúde (SUS).

Neste, a remuneração unitária é ínfima, mas pode ser multiplicada pelo número de consultas e operações. Isso estimula os procedimentos inúteis e outras formas de fraude — o que torna indispensável um sistema oneroso e até hoje pouco eficiente de fiscalização.

Ele não tem impedido, por exemplo, que o profissional mal remunerado desvie pacientes para consultórios e clínicas particulares.

O veto certamente não fechará de uma hora para outra as portas dos quatro hospitais da Rede Sarah. Alguma forma alternativa de mantê-los funcionando provavelmente será encontrada. Mas nada impedirá que esse funcionamento seja tão precário quanto as soluções que se venham a oferecer, e há o evidente risco da falta de ânimo: o retrocessos sempre tem esse preço.

Principalmente, porque o Governo estará dando demonstração pública e inequívoca de que fez uma escolha: não deseja prestigiar de forma clara e inequívoca uma maneira de fazer medicina — acima de tudo, de entender a medicina — que tem êxito nacional e prestígio internacional.

Por outro lado, o problema da saúde no Brasil tem tal gravidade, e a tal ponto deve preocupar o Gover-

no, que o bom senso até recomenda esforços em diferentes frentes. Seria erro grave se qualquer projeto prejudicasse, por exemplo, o bem-sucedido programa dos agentes de saúde. E é até possível que o projeto de descentralização defendido pelo ministro da Saúde seja capaz de fazer do SUS um sistema razoavelmente honesto e eficiente.

Nada deve impedir, também, que a alternativa representada pela Rede Sarah mereça a chance de se espalhar pelo Brasil. O tempo deve ter a chance de dizer se ela representa ou não a melhor opção, um objetivo de longo prazo para toda a assistência médica gratuita do país. Ou, quem sabe, a experiência poderá lhe determinar o papel de uma rede de centros de excelência, convivendo com outras formas de atendimento e completando uma política nacional de saúde pública.

Tudo isso é possível. Apenas o veto, com os problemas que cria, e a atitude que revela, é sinal, definitivo e desalentador, de que, em matéria de saúde, o Governo até agora só soube dar ouvidos a idéias pequenas e medíocres ambições.

O bom senso
até recomenda
esforços em
diferentes
frentes

LUIZ GARCIA é editor de Opinião do GLOBO.